



Câmara Municipal de Sorriso

ESTADO DE MATO GROSSO

LEI Nº 1.430/2005

LEI MUNICIPAL N.º 1.430/2005 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.005.

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA
LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O SR DILCEU ROSSATO, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO,
ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES
AUTORIZADAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA
MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A
SEGUINTE LEI:**

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art.1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2006, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;*
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual e suas alterações;*
- III – disposições sobre a política de pessoal, encargos sociais e serviços extraordinários;*
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;*
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;*
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;*
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;*
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;*
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;*
- X – dos fundos especiais do Município;*
- XI – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;*
- XII – definição de critérios para início de novos projetos;*
- XIII – definição das despesas consideradas irrelevantes;*
- XIV – das disposições gerais.*



CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2006, 2007 e 2008, de que trata o Art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no **ANEXO I** desta lei, e conterá ainda:

I – Quadro I – Metas e Resultados -Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal e Dívida (art. 4º, § 2º, Inciso I da LC 101/00);

II – Quadro II - Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

III – Quadro III - Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida, Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

IV – Quadro IV - Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

V – Quadro V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

VI – Quadro VI – Renúncia de Receita (art. 4º, § 2º, V da LC 101/00);

VII – Quadro VII - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00);

VIII- Quadro VIII – Demonstrativo do Montante da Dívida Pública (art. 4º, § 1º, V da LC 101/00)

IX- Quadro IX – Demonstrativo dos Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º da LC 101/00)

§ 1º - Os recursos estimados na lei orçamentária para 2006 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 4º, § 1º DA LRF)

§ 3º - As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo a Lei Orçamentária atualizá-los.

CAPÍTULO II

DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas, e indicação das fontes de financiamento na forma da portaria STN n.º 303/2005.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial estará identificada pela função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º - Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um programa.

Art. 4º - A Lei Orçamentária para 2006 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos a aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades, e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);
- X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;
- XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)
- XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art.165, §5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2006 (Art.5º III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público.(Art.44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2005. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2006. (Art. 8º e 50, I da LRF)

§ 1º - O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no art. 4º deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STNº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 5º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

I – pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III – outras despesas correntes - 3;

IV – investimentos - 4;

V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

Art. 6º - O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I – texto da lei;
- II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
- III – quadros orçamentários consolidados;
- IV – anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;
- VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo Único - Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

- I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;
- IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;
- V – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, provenientes do SUS – Sistema Único de Saúde;
- VI – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conter:

- I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art 48 da LRF)
- II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2004, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)
- III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos Exercícios de 2001 a 2004 e fixada para 2005 e 2006. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art 48 da LRF)

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2004 a 2006; (Art. 20 e 48 da LRF)

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT)

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/08/2005; (Princípio da Transparência. Art 48 da LRF)

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2004, 2005 e 2006; (Princípio da Transparência. Art 48 da LRF)

Art. 9º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2005, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo Único - O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 10 - Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo até 30 de setembro de 2005, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 11 - O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo Único - Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 12 - O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício

financeiro de 2006, deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento:

I – o princípio de controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;

II – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 13 - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento local, mediante regular processo de consulta, em audiência pública.

Art. 14 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 15 - A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Art. 16 – Os investimentos à conta de recursos do orçamento fiscal, serão programados de acordo com as cotações previstas nos respectivos orçamentos.

Art. 17 – Na programação de investimentos dos Órgãos da Administração Direta e Administração Indireta serão observados os seguintes princípios:

I – Os investimentos deverão estar contemplados no PPA 2006-2009 e suas alterações posteriores;

II – Não poderão ser programados novos projetos em detrimento dos investimentos em andamento, excluídos da vedação aqueles de natureza emergencial ou indispensáveis ao bem estar da população;

III – permitam a população de baixa renda ao conjunto de bens e serviços socialmente prioritários que lhe possibilite a obtenção de um novo padrão de bem estar social;

IV – contribuam para a melhoria das condições de segurança pública, educação, saúde, saneamento básico e habitação;

V – impliquem na geração de empregos, assegurado para tanto o incentivo fiscal e utilização de políticas públicas que visem facilitar ou contribuir para a afixação ou ampliação de empresas e indústrias no Município, autorizado nestes casos, a desapropriação;

VI – contribuam para a defesa, preservação e recuperação do meio ambiente;

VII – promovam a revitalização econômica, agrícola, industrial e do setor de serviços.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA E AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 18 – A Lei Orçamentária de 2006 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigo 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 19 – A contratação de operações de créditos dependerá de autorização em lei específica (Art.32, I da LRF).

Art. 20 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

Art. 21 - A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Art. 22 - Na lei orçamentária para o exercício de 2006, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 23 - A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

SEÇÃO IV

DA DEFINIÇÃO DE MONTANTE E FORMA DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 24 – A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 25 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO I – quadro IX desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit do exercício de 2005.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 25 – Os orçamentos para o exercício de 2006 destinarão recursos para a reserva de Contingência não superior a 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO I – quadro IX. (Art. 5º, III, “b” da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2006, poderão excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes. 

Art. 26 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos ordinários do orçamento fiscal e corresponderá no máximo a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Prevista.

Art. 27 – A Reserva de Contingência da Unidade Gestora PREVISÃO será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário. 

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE PESSOAL, ENCARGOS SOCIAIS E SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 28 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2006, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 169, parágrafo 1º, II da CF)

§ 1º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2006 ou em créditos adicionais.

§ 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a criar secretaria municipal, observado o art. 195, § único, III da Constituição Estadual e art. 61, II, 'b' da Constituição Federal.

Art. 29 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art 22, § único, V da LRF)

Art. 30 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 31 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Sorriso, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de terceirização”.

Art. 32 – Para efeito do cálculo da despesa com pessoal, não se considera como substituição de servidores públicos, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que simultaneamente:

- I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- II – não sejam inerentes a categorias funcionais, abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do Órgão ou Entidade.

Parágrafo Único – A Lei Orçamentária conterá dotação orçamentária suficiente para fazer face a recomposição monetária anual dos subsídios dos agentes políticos municipais.

SEÇÃO II

DA PREVISÃO PARA A CONTRATAÇÃO EXCEPCIONAL DE HORAS EXTRAS

Art. 33 - Se durante o exercício de 2006 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 34 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da

dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos dos orçamentos da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art 14 da LRF).

Art. 35º – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art.14, § 3º da LRF)

Art. 36º – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (art.14, § 2º da LRF)

Art. 37º - As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - No Projeto de Lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas segundo os preços vigentes entre maio e junho de 2005, comparadas ao procedimento da arrecadação no primeiro semestre do referido exercício.

§ 2º - A lei orçamentária obedecerá às seguintes diretrizes:

I – o equilíbrio entre as despesas e as receitas;

II – as alterações da legislação tributária;

III – estimará os valores da receita e fixará os valores das despesas de acordo com a variação de preços e planejamento específicos para o exercício de 2006.

§ 3º - Os valores das parcelas a serem transferidas pelos Governos Federal e Estadual serão fornecidos por órgãos competentes do Governo.

§ 4º

- As parcelas transferidas mencionadas no parágrafo anterior são as constantes no artigo 158 e 159, inciso I, alínea "B", inciso II e § 3º, da Constituição Federal.

Art. 38 - A previsão das receitas considerará:

I – a expansão do número de contribuintes;

II – a atualização do Cadastro Técnico Municipal;

III – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

IV – o acompanhamento do Valor Adicionado Fiscal e respectivas atividades econômicas do Município.

Art. 39 - A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2006, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 40 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 41 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar no 101/00.

Parágrafo Único - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput.

Art. 42 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária em decorrência de mudanças na Legislação Nacional, em função de interesse público relevante ou ainda adotadas para a expansão da arrecadação municipal.

CAPITULO V

DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA

Art. 43 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 44 - Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2006 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2006 a 2008, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único - Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 45 - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a – a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
- b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a – implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Art. 46 - Na programação da despesa não poderão ser:

- I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras, de forma a evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa;
- II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;
- III – transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferências voluntárias.

CAPITULO VI

DOS CRITÉRIOS E FORMA DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 47 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF)

- I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de créditos, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 48 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2006, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º - Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Art. 49 - Em atendimento ao disposto no art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidos os seguintes critérios para limitação de empenho e movimentação financeira:

I - dentre as despesas de capital e as despesas correntes, as despesas de capital deixarão de ser empenhadas;

II - dentre as despesas correntes, as despesas referentes à destinação de recursos para o setor privado deixarão de ser empenhadas;

III - dentre as despesas de capital, deixarão de ser empenhadas as ainda não licitadas.

Parágrafo Único - A limitação de empenho será feita através de Decreto.

Art. 50 - Para atender ao disposto no parágrafo 3º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica estabelecido que a limitação de empenho e movimentação financeira para o Poder Legislativo será feita pelos mesmos critérios e forma fixados para o Poder Executivo.

CAPÍTULO VII

DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 51 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil do aluno/ano com merenda escolar, da destinação

final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único – Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 52 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 53 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§1º - A lei orçamentária de 2006 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§2º - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§3º - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

CAPÍTULO VIII

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 54 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, Esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento

do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art.70, parágrafo único da CF)

Art. 55 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada e que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2006 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 56 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 57 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas, ressalvadas as contribuições instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 58 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 59 - As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos, devendo ocorrer a devolução dos valores no caso de desvio de finalidade.

Art. 60 - As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 54 a 58 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º - Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º - É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º - Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 61 - A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas somente poderá ser feita se estiver de acordo com o art. 26 da Lei Complementar 101/00, for autorizada por lei específica e atender às seguintes condições:

I - Pessoa Física:

a - apresentar documento de identificação do beneficiário ou de seu representante legal;

b - laudo emitido pela Secretaria Municipal de Ação Social

II - Pessoa Jurídica:

a - aprovação pelo Poder Executivo da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos;

b - apresentação de plano de trabalho pela entidade;

c - apresentação de comprovante de regularidade com a Seguridade Social.

Parágrafo Único - As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do sistema único de saúde.

Art. 62 - A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo Único - O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.

CAPÍTULO IX

DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR O CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

Art. 63 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo Único - A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

CAPÍTULO X

DOS FUNDOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

Art. 64 - O orçamento para o exercício financeiro de 2006 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 65 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesa referidas no Art. 4º, X desta lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 66 - Para cada Fundo Especial será elaborado um plano de aplicação cujo conteúdo conterá:

I - as fontes de recursos financeiros determinados por lei de criação, classificados nas categorias econômicas das receitas correntes e receita de capital;

II - as aplicações, onde serão discriminadas:

a) as ações que serão desenvolvidas através do fundo;

- b) os recursos destinados ao cumprimento das metas das ações classificadas sob categorias econômicas de despesas correntes e despesas de capital;

Parágrafo Único - Os planos de aplicação serão parte integrante do orçamento do Município.

CAPÍTULO XI

DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 67 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF)

§ 1º - Para atender ao caput deste artigo, os órgãos da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2006, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - O Poder Executivo deverá dar publicidade as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2006;

§ 3º - A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO XII

DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

Art. 68 – Durante a execução orçamentária de 2006, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2006 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art 69 - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2006 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e suas alterações posteriores, bem como às normas desta Lei;

II – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento, excluídos da vedação aqueles de natureza emergencial ou indispensáveis ao bem estar da população;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

V – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo Único - Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2006, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2005.

CAPÍTULO XIII

DA DEFINIÇÃO DAS DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES

Art. 70 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2006,

em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art.24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.(ART.16, § 3º da LRF)

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2005.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2006, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 72 – O Executivo Municipal está autorizado assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2006.

Parágrafo Único – Na hipótese também, o Executivo Municipal poderá assinar termos de parcerias público privadas, e ou convênios com consórcios municipais e intermunicipais dependendo de Lei Específica.

Art. 73 - Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que estejam acompanhados da estimativa do impacto orçamentário e financeiro definida no art. 16 da Lei Complementar 101/00 e da indicação das fontes de recursos.

Art. 74 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, especificando o elemento de despesa.

Art. 75 - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, mediante Lei Específica.

Parágrafo Único - As modificações a que se refere este artigo também poderão

ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante Lei Específica.

Art. 76 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo Único - A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 77 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos.

Art. 78 - Os órgãos e entidades indicarão, até 31 de maio de 2006, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados e abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2005, que poderão ser reabertos, na forma do disposto no artigo 167, § 2º, da Constituição Federal.

§ 1º - A reabertura de que trata este artigo será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

§ 2º - Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recurso à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 79 - Aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito, poderá ser fornecido material didático-escolar, uniforme, transporte, suplementação alimentar e assistência à saúde.

Parágrafo Único - Após atendidas as necessidades dos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito, caso existam recursos, o Poder Executivo poderá fornecer transporte aos alunos do ensino médio do município.

Art. 80 - Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino, através de lei autorizativa específica.

§ 1º - Não havendo escola particular de ensino fundamental e médio no Município, poderão ser concedidas bolsas de estudo para atendimento ao aluno em outro município.

§ 2º - A manutenção de bolsas de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno em todas as disciplinas matriculadas.

Art. 81 - O Chefe do Poder Executivo, atendendo as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 e demais disposições aplicáveis, poderá conceder auxílio financeiro para custeio de curso de graduação em nível superior aos servidores municipais.

Parágrafo Único – Fica o Município autorizado, ainda, a conceder auxílio financeiro para custeio de curso de graduação em nível superior, em instituições educacionais, dentro e fora do município, para os cidadãos que preencherem os critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 82 - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentalmente erro na alocação desses recursos.

Art. 83 - Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2005, a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

§ 1º - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º - Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, as dotações para atendimento de despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento de benefícios previdenciários;
- III - pagamento do serviço de dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde;
- V - a manutenção e desenvolvimento do Ensino.

Art. 84 – Constituem as despesas municipais aquelas destinadas à aquisição, obras, manutenção e desenvolvimento de bens e serviços para o cumprimento dos objetivos do Município e os compromissos de natureza social e financeira.

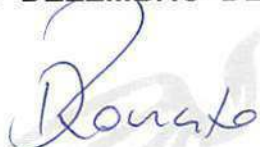
Art. 85 - A Lei Orçamentária contemplará recursos para contrapartida dos convênios que vierem a ser firmados no exercício de 2006.

Art. 86 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 87 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2006.

Art. 88 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DEZEMBRO DE 2005.



DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS NARDI
Vice Prefeito Municipal
ALCI LUIZ ROMANINI
MARCOS FOLADOR
ALEI FERNANDES
NERY DEMAR CERUTTI
ROMÉLIO JOSÉ GARDIN
MARISA DE FÁTIMA SANTOS NETTO
CÁTIA REGINA RANDON ROSSATO
SARDI ANTONIO TREVISOL
ELSO RODRIGUES

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.



ALCI LUIZ ROMANINI
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2006
CONSOLIDAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

CÓDIGO	PROGRAMA	ÓRGÃO	VALOR	%
0001.	PROCESSO LEGISLATIVO	Camara	3.100.000	5,17
0002.	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	Gabinete	685.000	1,14
0003.	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	SEPLAF	1.350.600	2,25
0004.	PREFEITURA SEM DESCULPAS	SEPLAF	1.583.000	2,64
0005.	EDUCAÇÃO INFANTIL	Educação	1.460.000	2,43
0006.	ESCOLA DO PRESENTE	Educação	6.292.000	10,49
0007.	CONSTRUINDO EDUCAÇÃO	Educação	5.400.000	9,00
0008.	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Educação	430.000	0,72
0009.	CONFRATERNEJANDO	Educação	64.000	0,11
0010.	TRANSPORTE ESCOLAR	Educação	1.265.000	2,11
0011.	MERENDA ESCOLAR	Educação	1.275.000	2,13
0012.	PSICOLOGIA NA ESCOLA	Educação	70.000	0,12
0013.	FAZENDA PEDAGÓGICA	Educação	1.100.000	1,83
0014.	ENSINO MÉDIO	Educação	65.000	0,11
0015.	ENSINO SUPERIOR	Educação	163.400	0,27
0016.	FORUM DE IDENTIDADE	Cultura	449.000	0,75
0017.	ATLETAS DO FUTURO	Esporte	510.000	0,85
0018.	TRANSITAR BEM	Obras	2.800.000	4,67
0019.	LIXO BOM	Obras	538.000	0,90
0020.	SORRISO CIDADE LIMPA	Obras	3.490.000	5,82
0021.	PRODUÇÃO SEM LIMITE	Agricultura	1.004.000	1,67
0022.	CHACAREIRO	Agricultura	250.000	0,42
0023.	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Agricultura	302.000	0,50
0024.	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	Saúde	1.710.000	2,85
0025.	SAÚDE SEM FILA	Saúde	6.694.000	11,16
0026.	SORRISO CONSTRUINDO SAÚDE	Saúde	1.900.000	3,17
0027.	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Saúde	260.000	0,43
0028.	PROGRAMA DA RUA PRA CASA	Ação Social	160.000	0,27
0029.	SORRISO MULHER	Ação Social	130.000	0,22
0030.	MORAR BEM	Ação Social	1.170.000	1,95
0031.	CIDADÃO DO FUTURO	Ação Social	1.205.000	2,01
0032.	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Ação Social	618.000	1,03
0033.	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	Ação Social	123.000	0,21
0034.	APOIO ADMINISTRATIVO SEC. AÇÃO SOCIAL	Ação Social	500.000	0,83
0035.	CIDADÃO PRESENTE	Ação Social	230.000	0,38
0036.	CAMINHANDO PARA O SUCESSO EMPRESARIAL	Ind.Com	750.000	1,25
0037.	EMPREGO DEZ	Ind.Com	192.000	0,32
0038.	ADMINISTRANDO COM SERIEDADE	Ind.Com	1.030.000	1,72
0039.	EVENTOS E FESTAS	Ind.Com	505.000	0,84
0040.	CIDADE SEM MEDO	Ind.Com	290.000	0,48
0041.	TURISMO SORRISO	Ind.Com	50.000	0,08
0042.	ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Administração	1.685.000	2,81
0043.	GOVERNO TRANSPARENTE	Governo	350.000	0,58
0044.	ESTRADAS VICINAIS	Transportes	6.470.000	10,79
0000.	ENCARGOS ESPECIAIS	SEPLAF	280.000	0,47
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Reserva	25.000	0,04
	TOTAL		59.973.000	100

CÓDIGO	PROGRAMA	ÓRGÃO	VALOR	%
0001.	PREVISO	Previso	1.300.000	100
	TOTAL		1.300.000	

TOTAL GERAL		61.273.000	
--------------------	--	-------------------	--

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA

0001. PROCESSO LEGISLATIVO

DIAGNÓSTICO

DIRETRIZES

Realização de sessões ordinárias conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocadas; realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis; apresentação de projetos de leis, projetos de resoluções e indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do legislativo municipal.

OBJETIVOS

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO	P-1 A-2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
01. 031	2	01. Discussão e votação das leis	Sessões	unidade	160	650.000	
01. 031	2	02. Fiscalização dos atos da administração	Unidade Gestora	unidade	1	450.000	
01. 031	2	03. Apoio ao Administrativo	Unidade Gestora	unidade	1	1.354.000	
01. 031	1	04. Construção do Prédio da Câmara Municipal	obra	unidade	1	500.000	
01. 031	1	05. Aquisição de Veículo para Câmara	bem	unidade	2	40.000	
01. 031	1	06. Aquisição de Moto	bem	unidade	2	5.000	
01. 031	1	07. Aquisição de Material de Informática	bem	unidade		11.000	
01. 031	1	08. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	bem	unidade		90.000	
TOTAL						3.100.000	

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA

0002. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

DIAGNÓSTICO

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e sua assessoria jurídica. Esta estrutura envolve, além do Prefeito e Vice-prefeito, 3 assessores jurídicos, 2 servidores para o PROCON e 2 servidores na JSM. Também a estrutura do FUNREBOM e sua manutenção

DIRETRIZES

Elaboração da legislação necessária à gestão pública municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação dos atos da administração, coordenação das audiências públicas; coordenação da execução das políticas públicas; defesa dos interesses do Município; planejamento das ações da administração; acompanhamento do sistema de controle interno; acompanhamento e avaliação dos programas de governo. Manutenção do FUNREBOM.

OBJETIVOS

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO		P-1 A-2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
04. 121		2	01. Manutenção do Gab. Prefeito, Vice e Assessoria Jurídica	Servidor	Unidade	6	350.000	
04. 121		2	02. Manutenção do FUNREBOM	Fundo	Unidade	1	75.000	
04. 121		2	03. Manutenção da JSM, UMC, PROCON	Servidor	Unidade	4	150.000	
04. 121		1	04. Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	1	10.000	
04. 121		1	05. Aquisição de Equipamentos para Manutenção do FUNREBOM	Bem	Unidade	10	100.000	
TOTAL								685.000

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA

0004. PREFEITURA SEM DESCULPAS

DIAGNÓSTICO

Este programa será executado pela estrutura do setor de tributação, do setor de arrecadação e fiscalização pagamentos e setor de registros contábeis, contabilidade, envolvendo um total de 09 servidores municipais, sendo 4 fiscais, com plantão 24 horas, possui 3 motocicletas e um automóvel utilitário, Fiat Strada, Possui no cadastro imobiliário um total de 21.000 imóveis, 2.650 contribuintes econômicos e 30.000 cadastro de pessoas

DIRETRIZES

Atualização dos cadastros imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária e posturas, arrecadação de tributos e outras receitas.

OBJETIVOS

Arrecadar os tributos de competência do Município, controlar arrecadação, garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal.

[illegible]

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA

0005. EDUCAÇÃO INFANTIL

DIAGNÓSTICO

O Município de Sorriso atende na Área da Educação Infantil crianças de 0 à 6 anos , sendo que de 0 à 3 anos são atendidas diariamente a 283 crianças das 6:30 às 18:30h que recebem 05 refeições diárias em 08 CEMEIS, com uma estrutura de pessoal de 16 professores, 16 estagiárias, 08 cozinheiras, 08 serventes e 08 auxiliares gerais, as quais servem para atender aos pré-escolares comoditadamente,mas apresenta uma demanda reprimida de mais de 450 crianças que necessitam da pré-escola. As crianças de 4 à 6 anos somam um total de 1736 crianças atendidas diariamente , em 04 horas para cada turno matutino e vespertino, recebendo 01 refeição diária, com 47 professores , utilizando a estrutura de auxiliares e de cozinheiras a mesma da educação geral, também apresenta uma demanda reprimida de mais de 350 crianças

DIRETRIZES

Implantar uma política de expansão que tenha por objetivo a universalização do atendimento à demanda de pré-escola (4 a 5 anos) e o crescimento da oferta de vagas em creche (0 a 3 anos) na rede pública, acompanhando o crescimento populacional e suprimindo, gradativamente, o déficit acumulado, incluindo os alunos com necessidades especiais. Assegurar a autonomia das creches, tanto no que diz respeito ao projeto político pedagógico como em termos de recursos financeiros públicos para sua manutenção na criação de APMs.

OBJETIVOS

Visar a qualidade de ensino e desenvolver uma política que tome o próprio processo de construção da proposta pedagógica como um dos pilares do trabalho da secretaria de educação e ao mesmo tempo, reconhecer que existem princípios e normas gerais que regem a educação Nacional, identificar e respeitar as peculiaridades escolares. Garantir o atendimento da Educação Infantil com uma política de ampliação de creches e pré-escolas públicas, com estrutura adequada, com formação de profissionais para este nível de ensino e contratação via concurso público no regime estatutário. Levar em conta, ao organizar as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil, os princípios indissociáveis do educar/cuidar, do desenvolvimento da criança, da diversidade social e cultural das populações infantis e os conhecimentos que se pretende universalizar.

[illegible]

PROGRAMA

0006. ESCOLA DO PRESENTE

DIAGNÓSTICO

A rede de ensino do Município de Sorriso atende diariamente a 8567 alunos, da 1ª a 8ª séries, com turnos matutinos e vespertinos, com 04 horas diárias para cada turno, recebem lanches diariamente, e para os alunos do interior é fornecido uma refeição extra, (café ou almoço), com um estrutura física contendo 19 escolas municipais, sendo 05 no interior. A estrutura de pessoal é assim distribuída, 17 diretoras de escolas, 24 coordenadoras de escolas, 250 professores efetivos e ACTs (D.Pessoal), 57 merendeiras e zeladoras, 11 auxiliares administrativos, 12 estagiárias nas escolas de informática. A secretaria está lotada no prédio da escola Ivete, contendo uma estrutura de uma Secretária, 09 coordenadores pedagógicos, 05 no setor administrativo, 02 no setor de informática, 02 nutricionistas, 01 psicóloga, 02 auxiliares de serviços gerais e uma Secretária geral. Está equipado com 250 computadores com 17 laboratórios de informática, com um estagiário para atendimento, e tem um suporte no transporte de 01 Van, 01 Fiat uno, 01 Moto Bis e uma Kombi. Existem no município 240 professores efetivos e 263 ACTs, sendo que 95% são graduados, necessitando de um aprimoramento contínuo, visando uma melhor aprendizagem, no contexto da LDB.

DIRETRIZES

Expandir o número de vagas em consonância a acelerada ocupação do espaço físico de nosso município.

Valorização dos profissionais da educação em sua formação básica e continuada, carreira e salário. Desenvolver programas que oportunizem aos professores da rede de ensino a melhorar a sua prática educativa e oferecer um ensino de qualidade aos alunos.

OBJETIVOS

Atendimento à demanda de 7 a 14 anos, através de construção e reforma de escolas municipais de ensino fundamental, garantindo a formação permanente de seus profissionais, sua manutenção, seus equipamentos, inclusive na área de informática, materiais permanentes e de consumo, assim como projetos pertinentes à ação educativa, à qualidade e à gestão.

Alocar recursos financeiros para um amplo programa de formação continuada, permanente, dos profissionais da educação, de modo a consolidar as propostas curriculares para todos os níveis da educação. Garantir, através da capacitação continuada dos professores, um ensino de qualidade aos alunos da rede municipal de ensino.

[illegible]

ANEXO II

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA

0007. CONSTRUINDO EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO

A rede de ensino do Município de Sorriso atende diariamente a 8567 alunos, da 1ª a 8ª séries, com turnos matutinos e vespertinos, com 04 horas diárias para cada turno, recebem lanches diariamente, e para os alunos do interior é fornecido uma refeição extra, (café ou almoço), com um estrutura física contendo 19 escolas municipais, sendo 05 no interior. A estrutura de pessoal é assim distribuída, 17 diretoras de escolas, 24 codenadoras de escolas, 250 professores efetivos e ACTs (D.Pessoal), 57 merendeiras e zeladoras, 11 auxiliares administrativos, 12 estagiárias nas escolas de informática. A secretaria está lotada no prédio da escola Ivete, contendo uma estrutura de uma Secretária, 09 coordenadores pedagógicos, 05 no setor administrativo, 02 no setor de informática, 02 nutricionistas, 01 psicóloga, 02 auxiliares de serviços gerais e uma Secretária geral. Está equipado com 250 computadores com 17 laboratórios de informática, com um estagiário para atendimento, e tem um suporte no transporte de 01 Van, 01 Fiat uno, 01 Moto Bis e uma Kombi. Existem no município 240 professores efetivos e 263 ACTs, sendo que 95% são graduados, necessitando de um aprimoramento contínuo, visando uma melhor aprendizagem, no contexto da LDB.

DIRETRIZES

Expandir o número de vagas em consonância a acelerada ocupação do espaço físico de nosso município.

Valorização dos profissionais da educação em sua formação básica e continuada, carreira e salário. Desenvolver programas que oportunizem aos professores da rede de ensino a melhorar a sua prática educativa e oferecer um ensino de qualidade aos alunos.

OBJETIVOS

Atendimento à demanda de 7 a 14 anos, através de construção e reforma de escolas municipais de ensino fundamental, garantindo a formação permanente de seus profissionais, sua manutenção, seus equipamentos, inclusive na área de informática, materiais permanentes e de consumo, assim como projetos pertinentes a ação educativa, à qualidade e à gestão.

Alocar recursos financeiros para um amplo programa de formação continuada, permanente, dos profissionais da educação, de modo a consolidar as propostas curriculares para todos os níveis da educação. Garantir, através da capacitação continuada dos professores, um ensino de qualidade aos alunos da rede municipal de ensino.

FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO	P-1 A-2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
12- / 361	1	01-Construção de unidades escolares do ens. Fundamental	salas	unidade	40	1 700.000	
12- / 361	1	03-Construção de Mini-estádios	Obras	unidade	1	100.000	
12- / 361	1	04-Construção de mini-ginásio nas Escolas	Obras	unidade	2	1.500.000	
12- / 361	1	05. Construção da Escola Modelo	Escolas	unidade	1	1.500.000	
12- / 361	1	08-Aquisição de equipamentos para as escolas	equipamento	diversos		600.000	
TOTAL						5.400.000	

ANEXO II

ANEXO II

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA

0008. EDUCAÇÃO ESPECIAL

DIAGNÓSTICO

O Município atende a 99 crianças na rede normal de ensino, e mais 04 salas especiais, sendo 02 na escola Ivete e 02 na escola Valter Leite, atendendo a 33 alunos, totalizando 132 alunos especiais atendidos, e possui 07 salas de recursos para atendimento com 02 horas diárias por grupo de 03 a 04 alunos Disponibiliza 07 professores e 02 estagiários e uma coordenadora., Em relação ao transporte dos alunos são efetuados por uma empresa terceirizada Sendo Município Pólo de capacitação, agrange um total de 19 Municípios dentro da política de educação inclusiva.

DIRETRIZES

Implantação de Centros de Atendimento para alunos com necessidades especiais, expandir o atendimento dos alunos da APAE.

OBJETIVOS

Garantir atendimento aos alunos de educação especial incluídos no ensino regular por equipe de profissionais de acordo com a necessidade e com os devidos aportes financeiros. Atender todos os alunos portadores de necessidades especiais do Município

FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO	P-1 A-2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
12. 367	2	01-Subvenções Econômicas à unidade de Educação Especial	Escola	unidade/ano	1	260.000	
12. 367	2	02-Apoio Administrativo à Educação Especial	Escola	unidade/ano	1	170.000	
TOTAL						430.000	

ANEXO II

0010.	TRANSPORTE ESCOLAR
-------	--------------------

O Transporte escolar no Município de Sorriso que está ligado a Secretária de Educação, oferece para os alunos da rede Municipal num total de 1363 alunos, e da rede estadual com 518 alunos, sendo 196 alunos do 2º grau, o transporte dos alunos. Parte destes alunos são transportados com veículos da Prefeitura e uma parte com a terceirização do transporte, fazendo um percurso de aproximadamente 3.242 Km diariamente. O Município possui 23 Ônibus, 03 Kombi, com 27 motoristas para atender aos serviços, além das linhas terceirizadas, que totalizam 16 linhas terceirizadas somente no interior, através de 02 Vans, 02 Micro-Ônibus e 11 Ônibus que totalizam 1.666 km por dia. O Município mantém um veículo terceirizado tipo Van para atendimento do Transporte de alunos da Sala especial, num total de 46 Km dia. Possui também 03 servidores destinados a atender o setor, sendo um estagiário. Possui 01 carro Strada para atender o serviço administrativo. Atende também 100 alunos no transporte para o EJA

Devido ao custo elevado da Manutenção do transporte escolar, tendo como meta um estudo da viabilidade de terceirização total do transporte de escolares no município de sorriso.

Atender às necessidades de transporte dos alunos da rede municipal e estadual, garantia de permanência destes na escola, dar condição para que o aluno espere o Transporte em um local Protegido e Adequado.

[illegible]

0011. MERENDA ESCOLAR

O Município de Sorriso oferece diariamente merenda escolar para atender a rede municipal , nas escolas, pré-escolas, CEMEIS, a APAE(120) , num total de 12000 alunos

Planejamento de cardápios e controle de qualidade da merenda escolar, visando garantir a permanência dos alunos na escola, principalmente os mais carentes.

Elevar os níveis de alimentação e nutrição do estudante, visando a melhoria do rendimento escolar através de uma alimentação balanceada que possa suprir as necessidades nutricionais da criança e do adolescente durante o período em que permanece na escola

[illegible]

ANEXO II

PROGRAMA

0012. PSICOLOGIA NA ESCOLA

DIAGNÓSTICO

Existem atualmente cerca de 120 crianças com necessidade de atendimento psicológico.

DIRETRIZES

Viabilização de uma sala, aquisição de computador, aquisição de materiais pedagógicos, materiais didático, lúdico, contratação de profissionais, cursos de aperfeiçoamento profissional

Organizar um espaço de crescimento para que crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem possam desenvolver suas potencialidades, respeitando seus limites e visando sua integração, buscando benefícios psicológicos, educativos e sociais.

Estimular a autoconfiança, auto-estima, linguagem, estimulação tátil, lateralidade, organização e orientação espacial e temporal

OBJETIVOS

Atender as crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem para que possam desenvolver suas potencialidades, respeitando seus limites e visando sua integração e buscando benefícios psicológicos, educativos e sociais.

[illegible]

ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

0015. ENSINO SUPERIOR

DIAGNÓSTICO
Sorriso acolhe uma Faculdade Particular que proporciona Cursos Superiores de Administração, Ciências Contábeis, Normal Superior e outros na área da Educação. Também co- eventualmente, com Cursos na área da Educação oferecidos pela UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso e UFMT, Universidade Federal do Mato Grosso. Algumas de estudantes deslocam-se, diariamente para o Campus de SINOP, onde o Município patrocina parte dos custos de viagem. Há uma clientela estudantil emergente para os Cursos na ordem de três mil estudantes, nos próximos quatro anos.

Fortalecimento dos Cursos Superiores em funcionamento que contemplem a demanda atual.
Incentivo à implantação de novos Cursos, particularmente os voltados para o Setor Primário e para a área da Saúde.
Apoio às iniciativas que promovam o fortalecimento de Instituição de Ensino Superior condizente com a realidade do Município.

OBJETIVOS

Fortalecer os Cursos Superiores em funcionamento, ampliando a sua abrangência.
Incentivar a implantação de novos Cursos superiores voltados para a vocação das atividades locais.
Apoiar a instalação de novas instituições de Ensino Superior que promovam o ensino voltado para a vocação local.

[illegible]

0016. FORUM DE IDENTIDADE

DIAGNOSTICO
O Município valoriza a herança cultural de sua gente, incentivando a participação dos alunos e grupos de danças gaúchas, festivais e outros eventos culturais. Atua juntamente com a Ação Social, para atender os trabalhos artesanais, junto a Secretária de educação nas atividades relacionadas as artes e cultura geral e outros projetos ligados a comunidade. Mantém 01 Anfiteatro livre no Marco Zero, Torre do saber no centro e Bairro São Domingos, Biblioteca municipal e duas casas do artesão no centro e na área verde, conta com uma estrutura de pessoal de 06 professores, 01 auxiliar administrativo, 02 auxiliar de limpeza e 01 coordenador. Possui um CMC (lei 1035/02) a qual rege as ações culturais e está subordinada a Secretária de Educação. Parceria nas atividades relacionadas ao calendário de eventos (ecofesta) com a Sec. De Ind. E Comércio. Apoio a fanfarra que é composta de 45 componentes e coral infantil municipal com 20 componentes. E apoia diversos eventos culturais existentes. Possui recursos do ISSQN relativos as escolas particulares.

DIRETRIZES
Intensificar, Melhorar e Revitalizar os eventos culturais e aqueles destinados a divulgação do município, objetivando uma maior integração com a região e participação da comunidade.
Iluminação Natalina, Carnaval, Festas regionais, Eco Festa, festivais regionais de teatro, musica, danças, artes, artesanato entre outros.

OBJETIVOS
Atender as políticas culturais que correspondem às aspirações da sociedade, visando viabilizar recursos humanos e financeiros para que todos os tipos de demonstrações culturais possa ser representados, apreciados e divulgados.

FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO	P-1 A-2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
13- / 392	2	01. Manutenção do Fundo de Cultura	Fundo	unidade	1	200.000	
13- / 392	2	02-Eventos Culturais e de divulgação do Município	Eventos	unidade/ano	7	40.000	
13- / 392	2	03-Grupo Multiartístico Itinerante	Grupos Itinerantes	unidade	1	21.000	
13- / 392	2	04-Revitalização do convívio social na Praça Central	Praça central	unidade	1	21.000	
13- / 392	2	05. Criação da Escola Municipal de Artes	Escola	unidade	1	17.000	
13- / 392	2	06. Revitalização da Banda Municipal	Banda	unidade	1	20.000	
13- / 392	2	07-Biblioteca itinerante	livros	unidade	2.000	20.000	
13- / 392	1	08-Organização p/ aquis. Do Acervo Bibliográfico	Livros	unidade	1	20.000	
13- / 392	1	09-Criação de um Centro de Cultura a Lazer	Centro	unidade	1	90.000	
TOTAL						449.000	

0017. ATLETAS DO FUTURO

DIAGNOSTICO
O Município de Sorriso dispõe para a população na área esportiva 02 Ginásios de Esporte, 10 quadras cobertas nos terrenos das escolas municipais, 01 Estádio Municipal dotado de pista de atletismo completa, 01 campo de futebol no Bairro São Domingos, na praça municipal crental conta com 03 Quadras de Vôlei de Areia, 01 campo de futebol de areia e uma quadra de basquete.

O Esporte do Município está subordinado a Secretária de Educação, tendo um quadro de pessoal com , 01 diretor, 16 servidores, mais um estagiário, para atender as escolinhas de volei, handebol, fut-sal, basquete, atletismo, futebol de campo e etc. E possui uma kombi para atende-los.

Atende mais de 1800 crianças nas 13 localidades de escolinhas desportivas. Possui o FMDL (lei 725/99) e o CMD(Conselho Municipal de Desporto) ()
Presta auxilio através do FMDL às 13 ligas e associações ligadas ao esporte no municipio

DIRETRIZES
Ampliação e Construção das áreas esportivas , parcerias com entidades do Município na realização de eventos esportivos das mais diversa modalidades
Aprimoramento nas modalidades esportivas , Calendário anual de eventos

OBJETIVOS
Estabelecer relação entre comunidades e desporto para melhorar a saúde individual e coletiva
Descobrir novos Talentos para moldar os atletas futuros, dar oportunidade de toda a população participar dos eventos programados

FUNÇÃO/ UB-FUNÇÃO	P-1 A-2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
27. 812	2	01-Apoio as atividades esportivas e ao Lazer	Atleta	unidade	10000	100.000	
27. 812	2	02. Manutenção do FMDL	Fundo	unidade	1	360.000	
27. 812	1	04-Aquisição de Equipamentos Esportivos	Equipamento	unidade	200	50.000	
						510.000	
TOTAL							

0018. TRANSITAR BEM

O Municípios de Sorriso através da Secretária de Obras e Serviços Urbanos possuem uma estrutura física de 1.003,75 m2 de Construção no parque de maq., sendo 01 escritório, 01 barracão com oficina mecânica, 01 Almoxarifado, com quadro de funcionário composto por 05 Chefes de Departamento, 01 Paisagista, 01 Assistente Administrativo, 01 presidente Jari, 01 telefonista, 75 Servidores e 108 Cooperados e conta com 11 Caminhões, 06 Caminhonetes, 03 Motos, 02 Automóveis, 04 Tratores, 01 Pá Carregadeira, 01 Motoniveladora, 01 Triturador de galhos, 01 Vassoura 900, 01 Vassoura 1000 e 04 Carretas agrícola, Para atender uma área equivalente a 3.000 hectares, com trabalhos de Limpezas de aproximadamente 1.000 bocas de lobo por mês, Limpeza, Manutenção Hidraulica, Elétrica e de construção em Aproximadamente 65 Prédios Públicos Aplicação de placas e pintura de Sinalização de Trânsitos, Limpeza em todos os Bairros pelo menos uma vez cada dois meses, Patrolamento e Cascalhamento das ruas, Transporte de Cargas de Terra para população. Manutenção de iluminação Pública, Atendimento nos Distritos de Boa Esperança conta com 02 funcionários, 08 da associação, para atender na manutenção da rede de agua e Iluminação Pública, Manutenção de Escola e Hospitais, Limpeza do perímetro urbano aproximadamente 100 hectares. E Distrito de Primavera atende na Manutenção da Iluminação Pública, Limpeza no perímetro urbano aproximadamente 100 hectares.

Trânsito Sinalizado, construção de acesso como Viadutos, trevos, passarelas para pedestres, Anel viário para ligação de pontos da cidade, Qualificação profissional para melhor atender a população de um modo geral

Dar segurança as pessoas no trânsito, manter a Cidade limpa, conservação das ruas das vias urbanas.

[illegible]

PROGRAMA

0019.	LIXO BOM
-------	----------

DIAGNÓSTICO

O Municípios de Sorriso através da Secretária de Obras e Serviços Urbanos possuem uma estrutura física de 1.003,75 m2 de Construção no parque de maquinas conta com 04 Caminhões coletores de lixo, Para atender uma área equivalente a 3.000 hectares de área urbana, com trabalhos de coleta e seleção do lixo, Recolhimento de 40 toneladas de lixo orgânico diário, Podas de Arvores e limpeza de alguns terrenos baldios, Atendimento nos Distritos de Boa Esperança conta com 02 Limpeza do perímetro urbano aproximadamente 100 hectares, Coleta de lixo orgânico 05 toneladas dia. E Distrito de Primavera atende na Manutenção Limpeza no perímetro urbano aproximadamente 100 hectares, coleta de lixo orgânico de 02 toneladas dia.

DIRETRIZES

Coleta seletiva e destinação sustentável do lixo urbano, considerado o domiciliar, o industrial e o hospitalar. Coleta permanente do lixo urbano da cidade.

OBJETIVOS

Orientar e incentivar a população a realizar a separação do lixo domiciliar. Destinar o lixo urbano, domiciliar, industrial e hospitalar às usinas de reciclagem, aos aterros sanitários e de compostagem, aos pontos de incineração e aos locais de guarda. Recolher os resíduos urbanos e destiná-lo aos locais de aterramento.

[illegible]

0020. SORRISO CIDADE LIMPA

O Municípios de Sorriso através da Secretária de Obras e Serviços Urbanos possuem uma estrutura física de 1.003,75 m2 de Construção no parque de maq., sendo 01 escritório, 01 barracão com oficina mecânica, 01 Almoxarifado, com quadro de funcionário composto por 05 Chefes de Departamento, 01 Paisagista, 01 Assistente Administrativo, 01 presidente Jari, 01 telefonista, 75 Servidores e 108 Cooperados e conta com 11 Caminhões, 06 Caminhonetes, 03 Motos, 02 Automóveis, 04 Tratores, 01 Pá Carregadeira, 01 Motoniveladora, 01 Triturador de galhos, 01 Vassoura 900, 01 Vassoura 1000 e 04 Carretas agrícola, Para atender uma área equivalente a 3.000 hectares, com trabalhos de Limpezas de aproximadamente 1.000 bocas de lobo por mês, Limpeza, Manutenção Hidráulica, Elétrica e de construção em Aproximadamente 65 Prédios Públicos Aplicação de placas e pintura de Sinalização de Trânsitos, Limpeza em todos os Bairros pelo menos uma vez cada dois meses, Patrolamento e Cascalhamento das ruas, Transporte de Cargas de Terra para população, Podas de Árvores e limpeza de alguns terrenos baldios, Recolhimento de 40 toneladas de lixo orgânico diário, Manutenção de iluminação Pública, Atendimento nos Distritos de Boa Esperança conta com 02 funcionários, 08 da associação, para atender na manutenção da rede de água e Iluminação Pública, Manutenção de Escola e Hospitais, Limpeza do perímetro urbano aproximadamente 100 hectares, Coleta de lixo orgânico 05 toneladas dia. E Distrito de Primavera atende na Manutenção da Iluminação Pública, Limpeza no perímetro urbano aproximadamente 100 hectares, coleta de lixo orgânico de 02 toneladas dia.

Limpeza continuada das vias, logradouros e espaços públicos em geral. Coleta dos resíduos sólidos e detritos encontrados em vias e locais públicos. .
Pintura dos canteiros, meio-fios, contornos e instrumentos sinalizadores diversos

Limpar continuamente os locais públicos, recolher os resíduos sólidos e destiná-los aos locais de depósito. Manter a cidade com os canteiros, meio-fios, contornos e instrumentos de sinalização devidamente pintados.

FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO	P-1 A-2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
15- / 452	2	01-Apoio Administrativo	Servidor	unidade	200	1.080.000	
15- / 452	1	02-Projeto p/ escoamento das águas pluviais nas ruas	ruas transitáveis	km	5	200.000	
15- / 452	1	03-Aquisição de máquinas	Máquina	unidade	3	323.000	
15- / 452	2	04-Melhoria Manutenção da Iluminação Pública	Lampada	unidade	10.000	100.000	
15- / 452	1	05-Aquisição de veículos e Caminhões	Veículo/Caminhão	unidade	3	172.000	
15- / 452	2	07-Convênio Associações Comunitárias	Convenio	unidade	3	215.000	
15- / 451	2	08-Infra Estrutura Urbana	Cidade	unidade	1	700.000	
15- / 452	2	09-Manutenção convenio CIP	Ponto de Luz	unidade	8.500	700.000	
TOTAL						3.490.000	

0021.	PRODUÇÃO SEM LIMITE
-------	---------------------

A secretária de Agricultura e Meio Ambiente conta com , 01 Caminhonete p/serviço de paisagismo, 03 veículos, 03 Tratores , 01 Ônibus. São constituído de seu quadro de funcinários: Secretário, Diretor, Supervisor, Coordenador de Paisagismo, 23 servidores e 20 Cooperados O município possui uma área de 930.671 há, sendo atualmente utilizados para agricultura 610.000 há em torno de 1000 produtores podem ser considerados agricultores empresariais, sendo estes dedicados a produção de grãos e/ou algodão. Estruturação na patrulha Mecanizada Implantação de uma estação meteorológica , Implantação de laboratório de análise.

Fortalecimento do setor agropecuário, incentivando o desenvolvimento sustentável com a valorização do valor humano que labuta na terra.
Valorização das articulações associativas e dos desejos e anseios das organizações sociais.
Incentivo às parcerias que visem à geração de emprego e renda no setor primário.

Fomentar, Coordenar e viabilizar as políticas, ações e soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, por meio de adaptação e transferência do conhecimento e da tecnologia, em benefício da Sociedade; Contribuir para nortear a evolução sócio-econômica do Município e Região, através da consolidação dos setores produtivos: agrícola, pecuário e florestal, tanto na cadeia primária, como na agregação de valores aos produtos e melhoria da qualidade de vida de nossa população, expansão das atividades do setor e gerar a melhoria de renda e adequadas condições de vida para produtores rurais.

[illegible]

0022. CHACAREIRO

Existem, nas imediações da cidade de Sorriso um número expressivo de pequenas propriedades. Há, ainda, cerca de 400 famílias cadastradas nos assentamentos rurais do INCRA. Todos podem ser concebidos como chacareiros ou pequenos produtores rurais. Enfrentam dificuldades para a habilitação de crédito em função da documentação das terras. Sua capacidade produtiva é evidente. Há uma demanda reprimida tanto na produção de hortifrutigranjeiros, quando na criação de animais domésticos.

Valorização dos pequenos produtores localizados nas imediações da área urbana e os instalados nos assentamentos.
 Promoção do potencial econômico dos pequenos produtores para que tenham acesso ao crédito. Incentivo e apoio às ações associativas.
 Diversificação das atividades com valorização do segmento hortifrutigranjeiro.

Incentivar atividades dos pequenos produtores rurais a fim de que possa agregar maior renda ao resultado de seu trabalho.
Proporcionar medidas de apoio e iniciativas que visem ao acesso dos documentos da terra e a possibilidade de gerar crédito.
Incentivar a organização associativa dos pequenos produtores para terem acesso a máquinas, equipamentos e instalações.
Incentivo ao funcionamento da Feira do Produtor em diferentes locais da cidade a fim de ampliar o processo de comercialização dos produtos dos pequenos produtores rurais.

[illegible]

0023. PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O Município possui área de 934.600 há , as áreas degradadas são muito pequenas, se comparadas com as dimensões do município, sendo que as áreas de preservação permanente degradadas totalizam 4.000 há. Um dos maiores desafios da secretaria consiste no monitoramento e preservação das áreas protegidas e recursos hídricos.

Promover a adoção dos princípios e estratégias para a proteção e uso do meio ambiente e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e implementação de políticas públicas, de forma transversal, participativa edemocrática, em todos os níveis e instâncias de governo e na sociedade.

Estimular e apoiar processos educacionais e de gestão de informações voltados para a construção de valores, padrões de produção e consumo, relações sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competência, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
Melhor acompanhamento das informações voltadas para a conservação do meio ambiente

[illegible]

FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO	P-1 A-2	AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
10 - / 301	2	01. Manutenção das Atividades do PSF	pessoas	unidade/ano	55.000	300.000	
10 - / 301	2	02. Manutenção das Atividades do PACS	pessoas	unidade/ano	3.000	75.000	
10 - / 301	2	03. Manutenção das Atividades do PASCAR	pessoas	unidade/ano	2.000	75.000	
10 - / 301	2	04. Assistência Médica	pessoas	unidade	60.000	300.000	
10 - / 301	2	05. Assistencia Odontológica	pessoas	unidade	60.000	300.000	
10 - / 301	2	06. Auxilio de Saúde a População	pessoas	unidade	60.000	440.000	
10 - / 241	2	07. Saúde do Idoso	idoso	unidade	2.000	70.000	
10 - / 361	2	08. Saúde Preventiva na Escola	alunos	unidade/ano	12.000	50.000	
10 - / 128	2	09. Treinamento de Pessoal	Servidor	unidade	200	100.000	
TOTAL						1.710.000	

0025. SAÚDE SEM FILA

A Secretaria de Saúde de Sorriso dispõe atualmente para atender toda a região do Município uma estrutura que contem : 14 equipes de Saúde da família 01 Unidade de Saúde no Distrito de Boa esperança,02 postos de Saúde em área urbana,01posto de saúde no Caravágio,01 posto de saúde do Distrito de Primavera,01 Centro de Reabilitação,01 Centro de especialidade Médicas,01 Centro de Atendimento Psicossocial,01Centro de testagem e aconselhamento, 01 Farmácia Básica,02 Unidades móveis(um Ônibus e um Trailer),01 Centro de regulação,01 Vigilância Sanitária,01 Vigilância epidemiológica,01 Vigilância Ambiental(endemias),e com apoio de 02 Ambulância na cidade, 01 Saveiro, 01 Fiat Uno,05 Kombi, 02 Ambulâncias nos distritos de Primavera e Boa Esperança 01 ranger e 02 motos e oferece os serviços de média e alta complexidade com 28 Leitos Clínica médica,12 Leitos Obstétrica,49 Leitos Cirúrgica,20 Leitos Pediatria,01 Leito Tisiologia,01 Leito Crônicos.Na estrutura de profissionais conta com: 29 Médicos,17 Odontólogos,18 Enfermeiros,01 Farmacêutico, 03 Fisioterapeutas,01 fonoaudiólogas,01 Assistente Social,01 Psicóloga,05 Assistentes administrativos,16 auxiliares administrativos,23 Técnicos de Enfermagem 27 auxiliares de enfermagem,14 auxiliares de consultórios Dentários, 19 guardas de endemias,86 agentes comunitário de saúde,01 Engenheiro Sanitário, 02 fiscais Sanitários,07 motoristas,09 estagiários,06 auxiliares de serviços gerais,01Diretor de Atenção Básica,01 Coodernador Vigilância epidemiológica, 01 coordenador de farmácia,01 recepcionista,01 coordenador de odontologia,01 Educação e saúde,01 coordenador adm. De matérias e equipamentos, 01 coordenador CTA/DST/Aids,02 Supervisor agentes endemias,01Coordenador recursos humanos,01 telefonista.

Facilitar o acesso da população ao atendimento através da ampliação dos PSF, Realizações de campanhas preventivas, apoio a educação e saúde, capacitação pessoal
Aprimoramento do centro de referência em especialidades, Implantação e alimentação dos sistemas de informação: SIAB, PACS, SISPRENATAL, API, SIVEP-malária, FCES, SAI, FAE, SINASC, SINANW, HIPERDIA, SISVAN, FAD, CADSUS.

Melhorias das condições de Saúde da população: diminuição da mortalidade infantil;pré-natal completo a todas as gestantes;diminuir o Índice de internações hospitalar;controle das doenças crônicas degenerativas;controle das doenças endêmicas, controle das doenças infectocontagiosas,deteccção precoce de doenças crônicas, oferecer o exame preventivo de câncer do colo do uterino a todas as mulheres. Prevenir,identificar,acompanhar e tratar os portadores de HIV.Apoio diagnóstico às equipes de saúde através do centro de especialidades.Parto humanizado.Inclusão dos portadores de sofrimento mental na sociedade.Melhorar o acesso dos usuários ao centro de reabilitação.Assegurar o acesso da população à saúde bucal.Controle de Zoonoses.Atingir as metas vacinais

[illegible]